

ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Joviles Vitório Trevisol – UFFS - Joviles.trevisol@uffs.edu.br

Eixo temático VI - Políticas educacionais e curriculares

RESUMO

O GP foi criado em 2012 no contexto da estruturação dos primeiros grupos de pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Ele surgiu do entendimento de que uma universidade pública federal - localizada numa mesorregião de fronteira, formada por aproximadamente 396 municípios dos três estados da região Sul do país - deveria constituir um centro de estudos destinado a investigar a temática das políticas públicas nos seus diferentes aspectos e dimensões espaço-temporais (nacional, estadual e municipal). Tendo em vista a natureza dos temas e dos objetos de estudo, o grupo surgiu com um perfil claramente multidisciplinar, composto por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, como ciência política, educação, economia e sociologia.

Desde o seu início, o GP se propôs a investigar as políticas públicas como expressões das complexas relações entre o Estado e a sociedade. Numa sociedade democrática, o Estado - longe de ser uma instância monolítica, fechada e impermeável - é desafiado a reconhecer, processar e responder às mais variadas demandas formuladas pela sociedade, sobretudo nas áreas de educação, geração de emprego e renda, direitos humanos, gênero, meio ambiente, saúde, segurança pública, etc. As políticas públicas são, neste sentido, o conjunto das ações/atividades/programas implementadas pelo Estado em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal) - em parceria ou não com o setor privado e com as organizações da sociedade civil - com o propósito de atender as demandas e as necessidades apresentadas cotidianamente pela sociedade, normalmente formuladas pelas entidades e movimentos da sociedade civil organizada, como partidos, associações empresariais, cooperativas, federações, confederações, movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, etc. Por meio das suas entidades e redes associativas, a sociedade também participa e interfere na construção das políticas públicas nos espaços locais, regionais, nacional e na esfera internacional. Os atores estatais e não-estatais participam, interagem e disputam a concepção, a formulação, a implantação e a gestão das políticas públicas.

Ao longo dos anos, o GP foi redefinindo e aprimorando os seus objetivos. Em linhas

gerais, o GT persegue atualmente os seguintes objetivos: (i) promover estudos sobre as complexas relações entre o Estado e a sociedade, tomando como eixo de análise os atores e as dinâmicas sociais e políticas responsáveis pela formulação, implementação, avaliação e gestão de políticas públicas; (ii) desenvolver pesquisas de natureza teórica, voltadas à compreensão das transformações do Estado e da sociedade brasileira, especialmente as que se relacionam aos processos de participação democrática dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil; (iii) realizar estudos sobre experiências concretas de mobilização social e de articulação política em âmbito local, nacional ou internacional, cujos processos resultaram na (re)formulação dos marcos regulatórios da ação estatal e da regulação social e política e, por fim, (iv) desenvolver grelhas teóricas e analíticas, assim como metodologias adequadas à análise e à avaliação de políticas públicas.

Com bases nos objetivos descritos acima foram definidas as três linhas de pesquisa do grupo:

A linha 1, intitulada, “**Atores sociais, participação e políticas públicas**” promove pesquisas teóricas e empíricas sobre os diferentes atores sociais e as suas articulações com o Estado no desenvolvimento, promoção e controle de políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania.

A linha 2, denominada “**Políticas públicas setoriais**” desenvolve investigações sobre a formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas em diferentes áreas como educação, gênero, segurança pública, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, gestão de cidades, etc. Ela visa auxiliar no desenvolvimento de observatórios de políticas públicas, particularmente na produção e análise de indicadores sociais.

A terceira linha, intitulada “**Dinâmicas institucionais de políticas públicas**” investiga a natureza e as dinâmicas através das quais as diversas instâncias institucionais (Estado, partidos, parlamentos, judiciário) se organizam, se relacionam e atuam no processo de concepção, elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas. A linha investiga os arranjos institucionais do Estado democrático no que diz respeito ao processo por meio dos quais as políticas públicas adquirem materialidade.

Como destacado anteriormente, a educação é uma das temáticas de estudo do GP. As políticas educacionais são estudadas sob uma perspectiva claramente sociológica, ou seja,

enquanto expressões das relações entre Estado e sociedade. O Estado exerce forte poder de regulação sobre a educação, porém a regulação estatal não é fechada e neutra. O Estado é um campo de poder aberto à concorrência e às pressões exercidas pelos múltiplos atores (BOURDIEU, 2014; SANTOS, 2002, 2006). As políticas educacionais refletem, neste sentido, as disputas, as batalhas políticas e as relações de poder entre os atores estatais e não-estatais, nacionais e internacionais (sobretudo o FMI, Banco Mundial, UNESCO e a OCDE, etc.).

Em julho de 2022 o GP completou dez anos de existência. Nesse período foram desenvolvidos diversos projetos de pesquisa (iniciação científica, TCCs, dissertações e projetos individuais submetidos aos editais de pesquisa) com o propósito de investigar as políticas educacionais. Em 2018, por ocasião dos trinta anos de Constituição Federal (CF), o GP elaborou um projeto guarda-chuva intitulado “Educação, Estado e Políticas Públicas no Brasil”. No âmbito deste projeto foram desenvolvidas várias investigações sobre as principais políticas educacionais implementadas no país a partir de 1988. A CF de 1988 redesenhou o Estado brasileiro e estabeleceu mudanças importantes nas relações entre os entes que integram o sistema federativo. Ela buscou equilibrar os direitos fundamentais da pessoa humana a um conjunto amplo de direitos sociais que promovem a dignidade humana nas suas múltiplas dimensões (VIEIRA, 2018; ABRANCHES, 2018). Ao estabelecer a educação como um direito social, a CF atribuiu ao Estado brasileiro a tarefa de expandir a escola pública e universalizar o acesso à educação básica.

Entre as tantas mudanças constitucionais que incidiram diretamente sobre as políticas educacionais cabe destacar (i) o estabelecimento do federalismo de cooperação; (ii) a redefinição das competências e as atribuições dos diferentes entes; (iii) a elevação dos Municípios à condição de entes federados autônomos; (iv) a municipalização da educação básica; (v) o estabelecimento da educação como um direito social e um direito público subjetivo. O ensino obrigatório e gratuito foi definido como um direito público subjetivo, passando a ser um bem de interesse individual do cidadão cujo cumprimento é obrigação estatal. Os cidadãos passaram a ter o direito de exercer o controle social da atuação do poder estatal e, quando necessário, constrangê-lo judicialmente a fim de requerer o cumprimento do direito estabelecido (BRASIL, 1988; DUARTE, 2004).

No âmbito do projeto guarda-chuva acima referido foram desenvolvidos estudos sobre (i) as políticas de universalização da educação básica (ii) o federalismo de cooperação e

municipalização da educação básica; (iii) a municipalização e as políticas de financiamento da educação básica; (iv) as políticas de expansão da educação superior (graduação e pós-graduação); (v) a educação superior a distância; (vi) as políticas de ações afirmativas na educação superior.

A produção científica do GP reflete o perfil multidisciplinar dos pesquisadores. Além da área de educação, o grupo tem publicado resultados de pesquisa em outras temáticas que integram o amplo campo das políticas públicas, como conselhos, gênero, direitos sociais, segurança pública, direitos humanos, saúde pública, agricultura familiar, etc. A produção tem sido publicada no formato de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos em blogs e em eventos científicos, resumos expandidos, resumos, entrevistas, etc. Em 2019, o GP organizou um livro contendo os principais resultados das pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do grupo – e outros pesquisadores – no período entre 2012 e 2019, intitulado “Políticas públicas, descentralização e participação social” (HASS, MATIELO, ROTTA, 2019). De acordo com um levantamento preliminar, nos últimos três anos (2019-2021) o GP publicou o seguinte quantitativo de trabalhos relacionados **às políticas públicas de educação**: (i) dois artigos em periódicos A1; (ii) dois artigos em A2; (iii) um artigo em A3; (iv) um artigo em B1; (v) um artigo em B2; (vi) um livro; (vii) três capítulos de livros; (viii) dois artigos completos em anais de eventos; (ix) oito resumos expandidos em anais de eventos e, (ix) sete resumos simples em anais de eventos. Foram também ministradas inúmeras palestras e entrevistas.

Ao longo de sua primeira década o GP primou pela discussão de um conjunto de temas e subtemas que considera imprescindíveis para a compreensão das políticas públicas em qualquer contexto e período histórico. O primeiro tema deles diz respeito ao Estado, mais precisamente à forma como o Estado neoliberal realiza a (des) regulação política e social. Como destacado anteriormente, as políticas públicas expressam as relações de poder que concorrem e disputam protagonismo no interior das instituições responsáveis pela governança de um país. Enquanto expressões das relações de poder, as políticas públicas oscilam de acordo com a conjuntura e a correlação de forças no interior dos governos. Os avanços e os retrocessos no campo das políticas públicas estão diretamente relacionados aos instrumentos de regulação e de desregulação que o Estado implementa ao longo do tempo. A análise crítica do papel do Estado ao longo do tempo é imprescindível para compreender o conjunto das

políticas públicas, especialmente as da área de educação. As políticas implementadas nos últimos anos na educação superior a distância, ilustram a desregulação promovida pelo Estado. Os novos marcos regulatórios da EaD estabelecidos a partir de 2016 impulsionaram, entre outros aspectos, uma concepção neoliberal de educação, a mercantilização, a privatização, a flexibilização curricular e a redução da qualidade do processo formativo.

No que tange às perspectivas futuras cabe registrar, antes de mais nada, os fortes impactos que a pandemia teve nas atividades do grupo no período entre março de 2020 a março de 2022. A ausência das atividades presenciais na universidade limitou inúmeras atividades de pesquisa e de discussão dos resultados, sobretudo a participação em eventos científicos. Cabe destacar, além disso, os impactos decorrentes dos cortes orçamentários impostos pelo governo Bolsonaro às universidades públicas, sobretudo na pesquisa e na pós-graduação. O GP abriga docentes que estão vinculados a três programas de pós-graduação: PPG em Educação, PPG em Desenvolvimento e Políticas Públicas e o PPG em História. A principal expectativa é consolidar o GP de acordo com o planejamento elaborado pelo grupo.

O GP vem construindo articulações nacionais e internacionais, cabendo destaque para a participação ativa de membros do grupo na Red CIDIR (Red de Cooperación Interuniversitaria para el desarrollo e integración regional), formada por dez universidades, sendo duas da Argentina, seis do Brasil e duas do Paraguai.

Palavras-chave: Estado e políticas públicas. Políticas educacionais de educação básica e superior. Constituição Federal de 1998.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** consolidada. Brasília: DOU, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 02 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, n. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

HASS, Monica.; MATIELO, Alexandre. M; ROTTA, Edegar (Org). **Políticas públicas, descentralização e participação social.** Curitiba: CRV, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política.** Edições Afrontamento: Porto, 2006.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.